

Opinião nos EUA: acordo evita confronto.

Mas alguns banqueiros americanos advertem que ainda falta negociar o mais difícil: as taxas de juros a serem pagas pelo Brasil.

Os bancos credores do Brasil já receberam telex que "esboça em grandes traços" o que será o acordo sobre a dívida externa, segundo fontes bancárias de Nova York. As fontes, ao comentarem notícia publicada no Wall Street Journal sobre o "acordo provisório", disseram ser prematuro falar em "acordo"; seria mais adequado falar "nos contornos aproximados" de um possível acordo. Salientaram que "falta muito o que negociar, especialmente as taxas de juros que o Brasil deverá pagar".

Segundo o Wall Street Journal, o acordo "parece ter evitado um confronto entre o Brasil e os bancos, que poderia ter provocado a extinção das linhas de crédito de curto prazo". Mais adiante, observa que "alguns banqueiros advertem que o novo acordo poderá vir por água abaixo, se o Brasil negar-se a pagar mais de US\$ 400 milhões de empréstimos devidos a bancos estrangeiros por dois bancos brasileiros que quebraram no ano passado". Os banqueiros consultados ontem não confirmaram que isto fosse parte da posição negociadora do comitê de bancos.

Para o Wall Street Journal, "se os credores do Brasil aceitarem as condições, o acordo alcançaria duas metas importantes: daria ao Brasil uma folga de um ano, antes que tivesse de negociar outro acordo com os bancos, e conservaria, ainda que fosse de modo atenuado, um papel para o Fundo Monetário Internacional nos assuntos econômicos do Brasil".

Um banqueiro citado pelo jornal lembra que "o Brasil terá eleições para o Congresso em novembro e o país necessita de um acordo que permita atravessar esse período crítico. Os banqueiros esperam que, no próximo ano, o Brasil chegue a um acordo com o FMI e que os bancos logo poderão promover uma reestruturação muito maior da dívida".

Em Brasília, o presidente do Banco Central, Fernando Bracher, comentou que, pela primeira vez, "temos horizonte mais amplo de acordos com os credores externos" e, em consequência, voltou-se "a uma situação de normalidade".

Ele confirmou que o governo tem prazo até 15 de março para concluir as negociações sobre as linhas de financiamento de curto prazo para o comércio exterior brasileiro e de capital de giro para os bancos sediados em praças estrangeiras e as amortizações do principal da dívida que venceu em 1985 e que vencerá no decorrer de 1986.

Bracher disse desconhecer a notícia de que uma comissão de banqueiros estaria a caminho do Brasil para verificar de perto a situação do País: "Para monitoramento da nossa economia (a comissão) não virá; se daqui para mais tarde se necessitar da vinda de alguma comissão, será possível, mas por enquanto nada".

Ficou combinado com o comitê de assessoramento dos bancos, em Nova York, que os vencimentos de 1985 deverão ser transformados em contratos de longo prazo, com sete anos para pagar e cinco de carência, e as amortizações que vencerão este ano serão depositadas em uma conta bloqueada no Banco Central, em nome dos banqueiros. Sobre os créditos de curto prazo, relativos aos financiamentos comerciais e interbancários, Bracher informou que estes serão prorrogados por mais um ano, a partir de 15 de março (estes créditos venceram na última sexta-feira, dia 17). No que diz respeito à amortização do principal, ficou acertado que, na hipótese de o Brasil pedir, em 1987, um acordo plurianual, a parte vencida no ano passado será incluída "numa negociação mais abrangente, mais longa, com prazos maiores".

— É provável que, no ano que vem, nos coloquemos de acordo com os nossos credores para, em vez de negociar por mais dois anos, negociar por um prazo mais dilatado.

Bracher não quis adiantar os prazos que o Brasil vai pleitear no acordo plurianual, dizendo que tudo vai depender do mercado na época. "Certamente os prazos serão maiores que os atuais."

Confirmou que já existe compromisso formal dos banqueiros para redução dos spreads, o que será acertado até 15 de março. Quando for assinado o acordo, a nova taxa vigorará retroativamente a 1º de janeiro de 1985.

Bracher negou que o Brasil esteja em situação pior que a do México, que, durante o refinanciamento de sua dívida, concluído em 1983, obteve Spreads médios de 1,125%, enquanto o país paga taxas superiores a 2%. "Ocorre que o México, quando fez o reescalonamento dele, o fez na época em que se julgava que o petróleo era a fonte de todos os bens. De modo que, sendo um grande produtor de petróleo, julgou-se que tinha toda a potencialidade para não ter nenhum problema diante de si pelos anos afora. Os preços do petróleo vieram a se deteriorar e a situação se modificou para o México."